



Orçamento geral do estado da educação em Angola: impacto no desenvolvimento da educação no ensino geral no município do Huambo

General state budget for education in Angola: impact on the development of general education in the municipality of Huambo

Presupuesto general del estado para la educación en Angola: impacto en el desarrollo de la educación general en el municipio de Huambo

António Feliciano Braça¹

Instituto Superior Politécnico Humanidades e
Tecnologias Ekuikui II, Huambo, Angola
antoniofeliciano58@gmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objecto de estudo a análise do impacto do Orçamento Geral do Estado (OGE) para Educação, na sua componente económica, no desenvolvimento da educação no Ensino Geral no Município do Huambo, no período de 2012-2015. No campo metodológico, face ao objectivo geral delineado, optou-se por realizar uma investigação de natureza qualitativa, tendo como procedimento fundamental a análise documental desenvolvida a partir de uma abordagem descritiva. Concluiu-se, com este estudo, que a descrição das políticas económicas na educação em Angola, resulta dos fóruns regionais e internacionais sobre educação para todos. Os maiores obstáculos à implementação das políticas económicas na educação em Angola, foram desenhados na sequência do Exame Sectorial da Educação, em 1992, e do Plano-Quadro Nacional de Reestruturação do Sistema de Ensino, em 1995. As principais causas apontadas são: o longo período de guerra civil, a destruição massiva de infraestruturas, e a dificuldade de se criar, desde a independência, uma rede escolar estabilizada, que leve em consideração estatísticas credíveis de uma população-alvo, fixada de forma mais ou menos permanente.

Palavras-chave: Orçamento Geral do Estado, Políticas Educativas, Políticas Públicas.

¹ Doutorando no Curso de Educação da Universidade Lusófona de Lisboa.



ABSTRACT

The object of this article was to analyse the impact of the General State Budget (GSB) for Education, in its economic component, on the development of education in General Education in the Municipality of Huambo, in the period 2012-2015. In the methodological field, given the general objective outlined, we opted to carry out a qualitative investigation, using documentary analysis developed from a descriptive approach as the fundamental procedure. This study concluded that the description of economic policies in education in Angola is the result of regional and international forums on education for all. The biggest obstacles to the implementation of economic policies in education in Angola were drawn up following the Sectoral Examination of Education in 1992 and the National Framework Plan for Restructuring the Education System in 1995. The main causes are: the long period of civil war, the massive destruction of infrastructure, and the difficulty of creating a stabilized school network since independence, which takes into account credible statistics of a target population that is more or less permanently fixed.

Keywords: State General Education Budget, Educational Policies, Public Policies.

RESUMEN

El objeto de este artículo fue analizar el impacto del Presupuesto General del Estado (PGE) para la Educación, en su componente económico, en el desarrollo de la educación en la Enseñanza General en el Municipio de Huambo, en el período 2012-2015. En el ámbito metodológico, dado el objetivo general trazado, se optó por realizar una investigación cualitativa, utilizando como procedimiento fundamental el análisis documental desarrollado desde un enfoque descriptivo. Este estudio concluyó que la descripción de las políticas económicas en la educación en Angola es el resultado de los foros regionales e internacionales sobre la educación para todos. Los mayores obstáculos para la implementación de las políticas económicas en la educación en Angola se elaboraron tras el Examen Sectorial de la Educación de 1992 y el Plan Marco Nacional de Reestructuración del Sistema Educativo de 1995. Las causas principales son: el largo período de guerra civil, la destrucción masiva de infraestructuras y la dificultad de crear una red escolar estabilizada desde la independencia, que tenga en cuenta estadísticas creíbles de una población objetivo más o menos permanentemente fija.

Palabras clave: Presupuesto General del Estado, Políticas Educativas, Políticas Públicas.



INTRODUÇÃO

Neste estudo sobre políticas educativas em Angola, o nosso objetivo é abordar as questões organizacionais das políticas educacionais a nível do Orçamento Geral do Estado, na sua componente económica e o desenvolvimento e a abrangência das reformas educativas no Município do Huambo.

O Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos (PAN-EPT) em Angola, baseia-se na política traçada a partir do Fórum Mundial de Educação (FMD), realizado no mês de abril de 2000 em Dakar. O Governo angolano participou neste encontro e comprometeu-se a alcançar os objetivos e as metas de educação para todos delineados neste fórum. Os objectivos e metas de educação para todos identificadas em Dakar, estão enquadradas nos objectivos e nas metas do milénio que, segundo o documento da UNESCO (2000), se deveriam ter efectivado durante o período de 2001 a 2015, e cujo foco seria atender a um aspeto fundamental da melhoria das condições sociais e relacionamento entre as nações. A educação para todos visa também atender à necessidade de maior comunicação entre as pessoas, de entendimento das questões sociais, políticas e culturais. A exigência de modernização do sistema educacional e a intenção do governo angolano de dar educação para todos pressupõem maior rigor e empenho das entidades governamentais na gestão dos recursos. A guerra que assolou o país e os longos anos do colonialismo são tidos como fatores que impediram o progresso e desenvolvimento do sistema educacional (PAN-EPT, 2000).

A atuação do Estado em toda a sua variedade e dificuldade tem domínio e consequências nos componentes que formam o método de desenvolvimento de um país. As políticas económicas na educação, são fontes de acção sobre o processo de desenvolvimento e, devido à sua variedade, elemento irradiador de uma sucessão de conexões e dependências. Por forma a potencializar o crescimento, a produtividade, e as mudanças no aparato institucional, são necessárias mudanças políticas, que vão desde as políticas educativas ligadas ao tecido social, com vista à ampliação da justiça e coesão social, até as interacções com as políticas económicas espelhadas no Orçamento Geral do Estado.

Após a institucionalização de uma nova orientação do Estado, pela Lei Constitucional de 1991, que instituiu no Estado Angolano um Regime Democrático de Direito, em alternativa ao Regime Socialista até então vigente, para em 2001 se operar um recorte caracterizado pela generalização da reforma de todo o sistema educativo angolano.



Conforme a Constituição da República de Angola (2010) a educação é considerada um direito fundamental. Também a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece a educação como "a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais" (DUDH, 1948, p.7). O artigo 26.º da Declaração estabelece a instrução elementar gratuita, obrigatória e universal. O seu cumprimento concentra-se na concretização da política educativa de cada país, cuja visão estratégica está claramente reflectida em três pilares prioritários: o acesso, a equidade e a qualidade educativa.

Perante o exposto, o presente artigo teve as seguintes questões orientadoras:

- a) Como, porquê e de que forma foram organizadas e desenvolvidas as políticas económicas educativas em Angola?
- b) Qual foi a abrangência da política económica educacional, sua eficácia e desafios?
- c) Em que medida a reforma do sistema de ensino (Lei n.º 13/2001) responde às situações que enfermam o sistema educacional angolano?
- d) De que maneira a educação pode contribuir para o fortalecimento de uma política democrática, de diálogo, entendimento e convivência social?

A partir deste questionamento, delineou-se o seguinte objectivo geral de estudo:

Analisar o impacto do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a Educação na sua componente económica, no desenvolvimento da educação no ensino geral no município do Huambo, tendo em conta os objetivos definidos nos programas do Governo, no período de 2012 a 2015.

O objectivo geral do presente artigo, alicerça-se em torno de seis objectivos específicos:

1. Identificar os elementos estruturantes da política educacional em Angola vigentes durante o período 2012-2015;
2. Analisar os objectivos estratégicos para a educação nos programas do Governo entre os anos 2012-2015;
3. Cartografar as principais medidas políticas económicas para a educação;
4. Caracterizar o desenvolvimento do sistema educativo no município do Huambo no período entre 2012-2015, em relação ao OGE;

5. Analisar os resultados do Plano Nacional de Desenvolvimento na Educação; e,
6. Analisar os Orçamentos Gerais do Estado do período em estudo, e o seu impacto na educação.

Estes serão as respostas que procuraremos dar ao longo do artigo.

METODOLOGIA

A questão central da investigação do presente estudo é analisar o impacto do OGE, na sua componente económica, no desenvolvimento da educação no município do Huambo, no período de 2012-2015, tendo em conta os objectivos definidos nos programas do Governo, com vista a apresentar as estratégias e os procedimentos metodológicos desencadeados e assim responder eficazmente ao objectivo norteador desta pesquisa. Segundo Galego & Gomes (2005) um dos eixos fundamentais da investigação é o eixo metodológico, pois em conjunto com o “enquadramento teórico e a habilidade do investigador na construção do trabalho científico, compõe o tríptico que sustenta a investigação científica” (Galego & Gomes, 2005, p.173).

Perante o exposto, e não obstante, se tratar da análise de dados estatísticos relativos ao desenvolvimento da educação no Município de Huambo, consideramos que a estratégia de investigação que melhor serve o propósito do presente estudo é a metodologia de análise qualitativa, tendo como procedimento fundamental a análise documental desenvolvida a partir de uma abordagem descritiva.

O trabalho está organizado em três partes:

A primeira parte, apresenta o enquadramento teórico onde é abordado o conceito de Orçamento Geral do Estado, políticas públicas e a educação em Angola. Ao mesmo tempo que faz uma contextualização da Política Educativa em Angola e identifica os elementos estruturantes da política educativa em Angola, bem como o objectivo estratégico da educação nos programas do governo face-a-face entre a conferência de Jontien e o Fórum de Dakar.

Participantes

Procura-se analisar o paralelismo das verbas investidas em relação aos índices de crescimento do número de alunos matriculados, das crianças beneficiárias



do atendimento à educação, do número de salas de aula erguidas, da evolução dos alunos matriculados na classe de iniciação, do corpo docente contratado, do ensino técnico-profissional, da taxa de alfabetização, do número de instituições públicas, do número de instituições privadas e comunitárias, e do atraso escolar, observação que foi realizada no município do Huambo.

Instrumentos

Assim, no presente trabalho, utilizamos como técnicas para recolha de informação os seguintes instrumentos: documentos oficiais do Estado angolano e aplicação de uma ficha técnica para informação adicional solicitada ao Director Provincial da Educação e ao Director do Gabinete de Estatística e Planeamento do Governo Provincial do Huambo.

A segunda parte, refere os procedimentos metodológicos acionados no estudo, com a apresentação e justificação das opções metodológicas de investigação e identificação dos instrumentos de recolha e de análise da informação.

Procedimentos

Para a realização desta pesquisa, utilizaram-se fontes primárias e secundárias, tendo as informações sido obtidas através da resposta a 21 perguntas, conceptualmente estruturada em torno dos objetivos específicos delineados. Esta ficha foi solicitada, diretamente aos seus destinatários, entre 2 e 23 de agosto de 2018, estrategicamente aplicada após um período de pausa lectiva.

Os documentos oficiais objeto de análise foram:

- Orçamento Geral do Estado da Educação;
- Plano Nacional de Desenvolvimento para a Educação para Todos;
- Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015); e
- Plano Nacional de Educação para Todos, Metas e Ações da Conferência de Dakar.

A terceira parte, faz a análise documental e interpreta os dados recolhidos pelos instrumentos de investigação utilizados, apresentando as tabelas sínteses da análise e a ficha de informação adicional.



Análise

Os dados obtidos foram analisados a partir de uma abordagem descritiva cujo objetivo foi caracterizar o desenvolvimento da educação no Ensino Geral no Município do Huambo através da descrição de factos, procurando identificar, analisar com vista à compreensão da nossa problemática como alvo o conhecimento científico. A análise descritiva é realizada com o intuito de descrever as características do fenómeno (Doxsey, 2011) e "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis" (Gil, 1999, p.42).

Por fim, o artigo conclui com uma reflexão acerca dos dados analisados os quais parecem indicar que o maior obstáculo à implementação das políticas económicas na educação em Angola, resulta de um conjunto de causas, que ao longo do tempo tem obstaculizado as mesmas, que são o longo período de guerra civil, a destruição massiva de infra-estruturas, e a dificuldade de se criar, desde a independência, uma rede escolar estabilizada, que leve em considerações estatísticas credíveis de uma população-alvo, fixada de forma mais ou menos permanente.

RESULTADOS

Iniciamos a análise dos dados empíricos contextualizando o Município de Huambo em termos do financiamento auferido para a educação entre os anos de 2012 e 2015.

Analisados os dados do OGE referentes à educação no que respeita às rubricas do orçamento consignado, orçamento executado e taxa de execução, verifica-se que nos anos 2012, 2013 e 2014 (conforme Tabela 1) a taxa de execução se encontra acima dos 80%, o que significa que houve uma excelente execução, colocando em evidência a relevância e peso dado à educação. Por contraponto, o ano de 2014 assistiu a uma execução abaixo de 50%, decorrente do decréscimo do PIB, resultante da queda do preço do barril de petróleo, o qual representa 97% das exportações de Angola. De facto, o Orçamento Geral do Estado é um documento provisional, que projecta as suas previsões de arrecadação de receitas, as quais ficaram abaixo do previsto, por força da queda do preço do barril de petróleo.

Tabela 1 – Percentagem de execução do Orçamento atribuído à Educação no município do Huambo (2012-2015)

Ano	Orçamento Consignado	Orçamento Executado	% de Execução
2012	535 000 000,00	534 344 418,75	99,88
2013	712 000 000,00	711 999 999,62	100,00
2014	1 213 484 519,00	983 134 798,06	81,02
2015	511 500 000,00	225 537 710,02	44,09

Fonte: GEPE/Huambo (compilado pelo autor)

Como consequência, ficou inviabilizada em 2015 a totalidade da taxa de execução, pondo-se assim em causa, neste ano, as medidas e ações previstas na Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015.

DISCUSSÃO

De acordo com A Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (Governo de Angola, 2001) e com vista a combater o analfabetismo estão previstas as seguintes metas e ações:

- Assegurar a todos os adultos o acesso equitativo aos programas de educação de base, no âmbito da universalização da alfabetização;
- A integração da perspetiva do género para eliminação das disparidades entre sexos;
- A generalização e expansão do Programa Nacional de Alfabetização para Mulheres Rurais e Pessoas com Deficiências;
- A implementação do Programa de Edição e Impressão dos Manuais Escolares para o I e II ciclos do Ensino Secundário;
- Criação de Centros Regionais de Formação Contínua para Quadros da Alfabetização e Ensino de Adultos; e,
- Implementação e generalização da alfabetização em línguas nacionais.

Para cada indicador foram definidas metas/resultados previstos:

- Redução da taxa de analfabetismo da população feminina, particularmente no meio rural, em 15%;
- Escolarização de adolescentes e jovens analfabetos e semianalfabetos através da integração na formação profissionalizante nas escolas polivalentes na perspectiva do combate ao fenómeno de crianças de e na rua;
- Diminuição da taxa de analfabetismo dos jovens e adultos com deficiências; e,



d) Eliminação do analfabetismo no seio das Forças Armadas Angolanas.

Os objectivos estratégicos para educação nos programas do Governo, foi o de formar e enquadrar quadros, muitos deles em fuga durante décadas devido à guerra, como condição principal, para acederem a melhores condições de trabalho. Pretende-se também incorporar novos candidatos à docência, com apropriado perfil de entrada e ordenado socialmente atraente, os quais terão acesso imediato a um elevado número de crianças em idade escolar que estão fora das instituições de ensino.

O objectivo maior da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aliado aos planos do governo, foi o de reafirmar que cada pessoa, criança, jovem ou adulto, deveria ter acesso às oportunidades educativas direcionadas para a satisfação das suas necessidades básicas de aprendizagem, assentes na aquisição de instrumentos essenciais para a aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas).

Quanto às principais medidas políticas económicas para educação, verifica-se a não observância dos acordos manifestados pelas agências financiadoras, sobretudo, no Fórum de Educação Para Todos, onde declararam que “nenhum país que se comprometesse seriamente com a educação básica se sentiria frustrado na vitória deste fim por falta de recursos”. A tudo isto se adiciona um inexato conceito de desenvolvimento em Angola, onde o crescimento de juros em relação à dívida externa desequilibra a balança de pagamentos, com menos recursos financeiros para realização de despesas públicas (Orçamento para Educação), a imposição de programas de ajustamento estruturante da educação, e a desaceleração do apoio às políticas educativas em Angola.

Os dados consultados permitem verificar que o ano de 2012 teve uma taxa reduzida de alunos matriculados, com uma taxa de alfabetização a rondar os 67% e destes apenas 54% são mulheres alfabetizadas. Reconhecendo a ligação evidente entre o estado de pobreza e o nível de instrução da população, o Instituto Nacional de Estatística estima que 41% do total da população iletrada viva em uma situação de pobreza extrema (Ministério da Educação, 2005).

Ao nível macrossocial, o desenvolvimento do sistema educativo no Município do Huambo, no período 2012-2015, devia ter garantido resposta à elevada procura, com um tipo de política que tivesse privilegiado a qualificação e a diversificação da oferta. Das estratégias mais relevantes sobressaem, em primeiro lugar, uma política de coerência curricular.



Em termos gerais, o Plano Nacional de Desenvolvimento na Educação, focado nas metas da conferência de Jomtien, analisou o sistema educativo, devendo nortear para as necessidades educativas primárias: a adaptação e gestão da mudança, a autonomia, a democracia e a solidariedade. Todo o processo educativo deve direcionar-se para a autonomização progressiva dos alunos. Tais políticas devem apontar o desenvolvimento de competências cognitivas, que permitam a cada um ser sujeito da sua própria história.

Foram lançados a curto prazo os seguintes desafios/metastas:

1. Expandir os cuidados básicos e as atividades de desenvolvimento infantil, incluindo as intervenções da família e da comunidade, direccionando-as, especialmente, para as crianças pobres sem assistência e com deficiências;
2. Viabilizar o acesso universal e a conclusão da educação fundamental (ou qualquer nível mais elevado de educação considerado “básico”);
3. Melhorar os resultados de aprendizagem, de modo que, a percentagem convencionada de uma amostra de idade determinada (por exemplo, 80% da faixa etária de 14 anos), venha a alcançar ou ultrapassar um padrão desejável de aquisição de conhecimentos previamente definido;
4. Reduzir para metade a taxa de analfabetismo adulto, em função das taxas registadas;
5. Conferir uma atenção especial à alfabetização da mulher, de modo que se reduza, de forma significativa, a desigualdade existente entre os índices de alfabetização entre homens e mulheres;
6. Ampliar e capacitar os serviços de educação básica de modo a satisfazer as necessidades essenciais de jovens e adultos, com posterior avaliação da eficácia dos programas, em função dos impactos de saúde, emprego e produtividade.

Neste sentido, e tal como sucedido na Conferência de Jomtien (1990) e ratificado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento na Educação, no número quatro “Reduzir para metade a taxa de analfabetismo adulto, em função das taxas registadas”, percebemos o compromisso assumido com vista a reduzir a analfabetização das mulheres, e assim atenuar a desigualdade de género.



Verifica-se que apesar de o número de alunos matriculados ter aumentado no período em análise (2012-2015) ele continua ainda longe das metas estabelecidas.

O progresso no domínio da erradicação do analfabetismo de adultos pode ser comprovado quando se comparam as taxas de analfabetismo do período colonial, estimada em 85%, com a de 2012, que era de 50%, e com a taxa actual que ronda os 33% (MED, Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização 2012-2017).

A taxa bruta de alfabetização verificou melhorias que não foram acompanhadas de igual modo quanto à qualidade das aprendizagens, as quais assinalam ligeiros avanços em 2015, ou seja, existe um analfabetismo literal ainda elevado que, de acordo com os dados o Ministério da Educação, atinge 50% dos homens e 70% das mulheres.

CONCLUSÃO

Analisou-se as políticas educacionais angolanas, resultantes dos Fóruns regionais e internacionais sobre educação para todos, bem como do Plano do Governo angolano para a educação, tendo a presente reflexão verificado que os elementos estruturantes da política educacional em Angola, emergiram a partir da Conferência de Jomtien (ano de 1990), antes do Quadro de Ação de Dakar (ano de 2000), e se tornaram ainda mais visíveis após a realização da Mesa Redonda de Educação Para Todos, em 1991. E, verificou-se o impacto do Orçamento Geral do Estado (OGE), na sua componente económica, no desenvolvimento da educação no ensino geral para o município do Huambo, tendo em conta os objetivos definidos nos programas do Governo, no período de 2012 a 2015.

De facto, e de acordo com a nossa investigação, o OGE teve impacto na educação no município do Huambo, nos anos 2012-2015, pois aumentou o número de crianças e de adolescentes em idade escolar matriculados; reduziu o número de alunos com idade maior em relação à classe que estão a frequentar; aumentaram as matrículas no Ensino Médio; diminui a taxa de repetência e evasão escolar; e, melhorou a qualidade de ensino.

Conclui-se que a política económica na educação em Angola não tem obtido um padrão de qualidade necessário, embora se tenha verificado que o sector da educação sofreu mudanças radicais ao longo dos últimos anos, cumprindo exigências internacionais e ocupando lugar de destaque no conjunto das ações governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, A. J. (2001). Os lugares da educação. In O. R. de M. Von, M. B. Park &, R. S. Fernandes (Orgs.) (2001), *Educação não formal: cenários de criação* (pp.29-38). Campinas: Editora Unicamp.

Cachicualo, M. D. (2016). *Investimento público e rendimento escolar dos alunos do 2º ciclo: Caso da província do Huambo de 2007 a 2012*. Mestrado em Gestão). Universidade Portucalense. <http://hdl.handle.net/11328/1586>

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todosconferencia-de-jomtien-1990>

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). Disponível em: <http://www.undime.org.br/declar%20DH.htm>, em 30/09/2002.

Galego, C & Gomes, A. A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp.173-184. <https://www.researchgate.net/publication/262708634>.

Lei n. 13/01, de 30 de dezembro de 2001 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Luanda: Assembleia Nacional.

MED (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*. Luanda, Angola: Ministério da Educação.

MED (2003a). *Comparação entre o Sistema de Educação em vigor e o Sistema de Educação a Implementar*. Luanda, Angola: INIDE.

MED (2003b). *Relatório explicativo dos Organigramas do Sistema de Educação*. Luanda, Angola: INIDE.

MED (2004). *Plano de Educação para Todos*. Ministério da Educação. Luanda, Angola: Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2000). *Plano Nacional de Educação para Todos*.

Ministério da Educação (2004). Consulta Pública sobre Plano de Acção Nacional de Educação para Todos: *Cronograma e estratégia de implementação da Lei de Bases do Sistema de Educação*. Vol.6. Luanda: 21 a 24 de abril de 2004.

República de Angola, Conselho de Ministros (2001). *Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação*. Luanda. <http://planipolis.iiep.unesco.org/>.

República de Angola. Ministério da Educação. (2011). Relatório de avaliação global da reforma educativa. Luanda.

UNESCO (2000). Dakar Framework for Action. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147e.pdf>.

UNESCO (2000). Fórum Mundial de Educação adopta novas metas. http://www.unesco.org.br/noticias/un700/forum_mundial.asp.

Recebido em 22 de Novembro de 2024
Aceite em 12 de Agosto de 2024



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica de Estudos Multidisciplinares do Planalto Central.